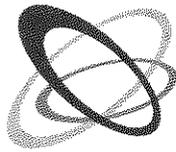


Reunião de Câmara de 7-2-2018

Declaração de voto

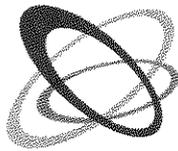
2.1 – Ata da reunião ordinária de 10 de Janeiro de 2018

1. Na reunião de Câmara de 10 de Janeiro de 2018, no final do período antes da ordem do dia a Sra. Presidente, teve uma intervenção crítica relativamente à minha atuação, nomeadamente e no que concerne a pedidos de informação/documentação que realizei durante o último mandato;
2. Enquanto eleito local na qualidade de vereador represento em nome do Movimento Lagos com Futuro uma percentagem importante de Múncipes. Tenho todo o direito de me inteirar de processos Camarários que são públicos e deveriam estar acessíveis a qualquer momento para os eleitos locais, o que permitira comprovar que a Sra. Presidente e a autarquia que representa, têm um comportamento transparente no que respeita a esta matéria. Aliás deveria ser a Sra. Presidente a ter orgulho, em demonstrar aos outros eleitos locais e à população (quando solicitada para o efeito) que tudo o que se passa na autarquia é concretizado com o rigor e a integridade das leis em vigor;
3. O que é facto que durante o último mandato aconteceu, que quer na Assembleia Municipal, onde cerca de um terço dos requerimentos (28 em 84) com pedidos de informação/documentação, ficaram por responder às forças da oposição nomeadamente à CDU e ao Movimento Lagos com Futuro, bem como a inúmeros requerimentos que realizei na Câmara igualmente ficaram também por responder, infringindo na minha opinião, o Código de Procedimento Administrativo, da Lei das Autarquias Locais e da Lei do Estatuto de Oposição;
4. Com esta intervenção tentou a Sra. Presidente condicionar a minha atuação enquanto Vereador da Câmara Municipal de Lagos. O mais grave ainda é que depois de lhe responder dentro do que deve ser o comportamento de um eleito local, com urbanidade e respeito, sou confrontado que as minhas declarações são retiradas da ata dessa reunião, nomeadamente as partes mais críticas relativamente à sua atuação,



situação recorrente que aconteceram na redação de outras atas, no último mandato autárquico;

5. E ao contrário do que a Sra. Presidente me questionou, da razão dos meus pedidos, não tenho que lhe dar qualquer explicações, nem eu nem qualquer eleito local que solicita informação/documentação sobre o Município. Nuns pedidos são situações que quero saber o que se passou, ou porque surgiram essas discussões na Câmara ou por qualquer outra razão, noutras situações são pessoas que me perguntam sobre processos autárquicos;
6. Estando cansado da falta de consideração que a Sra. Presidente tem tido no que concerne às não respostas, realizei duas queixas no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, no verão passado. Os serviços jurídicos da Câmara responderam a um deste processos (resposta a 4 requerimentos), que um dos requerimentos não tinham informação para me dar e os restantes foi a Sra. presidente intimada a me entregar a informação/documentação. No outro processo (resposta a 8 requerimentos), os serviços jurídicos pediram ao tribunal a não entrega de qualquer informação/documentação, pasme-se, com a fundamentação que realizei o pedido fora do prazo. O TAF de Loulé entendeu que dois dos requerimentos entraram fora do prazo, mas que os restantes pedidos, a Câmara foi igualmente intimada a me entregar a documentação;
7. É lamentável quando um vereador tem que recorrer a tribunal para se inteirar dos assuntos da Câmara e esta entidade pede ao Tribunal para nada me entregar porque ou não têm, ou a pedi pedi fora do prazo. E então a transparência e o direito de oposição, onde estão? Dizer ainda que o Sr. Presidente do TAF de Loulé enviou a informação para o Ministério Público;
8. Mas mais surpreendente é que mesmo após a intimação do TAF de Loulé à Sra. presidente, que teria 10 dias para me fazer a entrega dessa documentação, ainda hoje e passados praticamente 3 meses ainda não me foram entregues a totalidade dos pedidos, num claro desrespeito também ao Tribunal. Neste meio tempo tentou a Sra. presidente cobrar 134 euros para me entregar alguns documentos o que torna este



caso ainda mais negro, pese embora o TAF de Loulé me ter dado a hipótese de escolher a forma de receber estes documentos, que caso fosse por meio digital nada teria a pagar. Atempadamente enviei e-mail aos serviços da Câmara a escolher a forma que pretendia receber a documentação em apreço, que não foi levada em conta;

9. Relativamente a estar a pedir informação sobre as relações comerciais com um banco, não se trata de ter desrespeito ou desconfiança sobre algum funcionário como a Sra. presidente quer passar para eventualmente me deixar mal aos olhos dos funcionários. Tenho o maior respeito pelos funcionários pela Câmara e não vale a pena tentar incendiar as pessoas contra mim. O TAF de Loulé mandou a Sra. presidente da Câmara me entregar essa informação e não viu nada de mal no meu pedido, quer desta situação, quer de outras, que cito como exemplos, da construção do prédio da Câmara (não me entregaram a cópia do contrato), das limpezas urbanas, da entrega das respostas dadas pela Câmara às queixas dos cidadãos sobre o ambiente (ainda não me entregaram), dos relatórios do serviço do ambiente relativamente às autorizações de pagamentos das faturas da Ecoambiente, dados sobre as perdas de água nos últimos anos, informação sobre o alvará 1/83, informação sobre a estrada da Meia Praia, cópia de todas as faturas emitidas pela Ecoambiente à Câmara Municipal de Lagos, informação sobre a obra da frente Ribeirinha, entre outros mais;

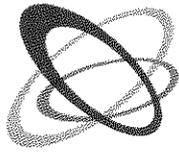
10. O que ressalta destes pedidos é bem mais grave ainda do que inicialmente poderia pensar. O requerimento, que a Câmara respondeu ao TAF de Loulé que não tinha para me entregar é sobre a listagem dos trabalhadores da Ecoambiente durante estes anos de trabalho para a Autarquia. No entanto a Câmara sempre soube que esta empresa nunca teve a totalidade dos trabalhadores, e só prestou parcialmente os trabalhos considerados no caderno de encargos. Existem relatórios nos serviços do ambiente, desde 2014 até aos finais de 2016, enviados para os serviços de contabilidade por ordens do Sr. Vice-presidente, a referirem que os trabalhos não foram realizados na íntegra e ainda assim foram pagos na totalidade pela Câmara. Pergunto como é isto possível? Favorecimento a esta empresa? Deveria a Autarquia ter cumprido o que consta no caderno de encargos, ou seja multar a empresa e também resolver o contrato com a mesma, por incumprimento continuado;

11. Acresce que em auditoria também ficou provado que a empresa Ecoambiente não tinha a funcionar as 2 lavadoras de 5m³ para lavagens no centro histórico e essa situação também passou sem nenhum reparo à empresa em apreço por parte da nossa Câmara;

12. Relativamente ao número de trabalhadores contratados por esta empresa, realizou a autarquia uma auditoria para aferir a situação. No final de Julho de 2016, tinha esta empresa ao serviço apenas 44 trabalhadores, em pleno verão, quando deveria ter 58 ou mais. Ou que aconteceu? Nada aconteceu relativamente à empresa Ecoambiente. A Sra. presidente sobre esta situação enviou-me uma resposta caricata, dizendo que deveria ser eu a pedir à empresa o n.º de trabalhadores;

13. Este benefício a esta empresa não é caso único, já que existem outros casos, no passado em que aconteceram situações semelhantes. Vou relatar um exemplo, que referi na resposta à Sra. presidente na reunião de 10 de Janeiro. Respondi-lhe que como a Câmara não era a “casa dos segredos” deveria a Sra. presidente entregar a documentação pretendida e que era caricato ter que ir para tribunal, para pedir e conseguir obter a informação/documentação. Aproveitei para lhe solicitar a restante documentação e que da documentação solicitada, houve uma que já tinha pedido dois anos atrás. Trata-se de um pedido de documentação sobre vários prédios de construção, no tempo que a Sra. presidente foi vereadora das obras, e que segundo o livro de obras, ressalta que alguns desses prédios começaram e acabaram no mesmo dia, referindo ainda que se tratavam de irregularidades urbanísticas. A Sra. presidente não se conteve e interrompendo o que estava a dizer, comentou em voz alta o seguinte “foi o seu tio”;

14. Não sendo advogado de defesa de ninguém, é estranho que uma pessoa que trabalhou, durante perto de 11 anos como vice-presidente da Câmara, venha agora acusar o anterior presidente, de ter sido ele quem autorizou as obras, porque foi isso que entendi das suas palavras. Então e a parte em que deveria ter sido solidária com a pessoa que trabalhou ao seu lado durante todos estes anos? Referir também que agora e no passado representava a Sra. presidente e anterior presidente o mesmo partido político, logo não é entendível esta acusação;



**LAGOS
COM FUTURO**

15. Face ao supra referido, vou votar contra a Ata da reunião de Câmara do dia 10/1/2018;

Lagos, 8 de Fevereiro de 2018

Luís Barroso - LCF